



Relatório de Administração 2017 – Enel Green Power Projetos I S/A

Srs. Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Projetos I S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1) Perfil:

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. participou do “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e ganhou o direito de operar por um período de 30 anos a usina hidrelétrica de Volta Grande, por um valor total de R\$ 1.420 milhões. A usina está localizada no Sudeste do país, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, e tem uma capacidade total instalada de 380 MW. O grupo Enel Brasil iniciou sua gestão sobre o ativo em 11 de novembro de 2017.

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019). Durante este período, a Companhia pretende estruturar um financiamento de longo prazo.

2) Principais Indicadores:

Indicadores Operacionais	2017
Capacidade instalada (MW)	380
Energia assegurada (Garantia Física) (MW/media)	231
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	137
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	137
Investimento Total (R\$ Mil)	1.419.784

Indicadores Patrimoniais	2017
Ativo total (R\$ Mil)	1.499.654
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	583.001
Valor patrimonial por ação (R\$)	583.001

3) Desempenho Operacional:

A empresa iniciou sua operação comercial em dezembro de 2017. Do total de sua geração, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre. A disponibilidade para o mês dezembro foi de 66,8%. A geração líquida proporcional à gestão da Enel Brasil, em 2017, foi de 137 GWh.



4) Informações Econômicas:

Valores em R\$ Mil	2017
Receita Operacional Bruta	32.569
Deduções da Receita Bruta	(1.318)
Receita Operacional Líquida	31.251
Custo do Serviço e despesas operacionais	(3.426)
EBITDA (1)	27.825
Margem EBITDA	89,04%
EBIT (2)	27.825
Margem EBIT	89,04%
Resultado Financeiro	(6.378)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.278)
Lucro Líquido	18.169
Margem Líquida	58,14%
Lucro Líquido por ação (R\$)	18,17

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

5) Composição Acionária:

Composição Acionária	2017	
Acionistas	Ações	%
Enel Brasil S.A.	1.000	100,00%
Total	1.000	100,00%

6) Agradecimentos

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2017 se tornaram efetivos pelo comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração



7) Informações Corporativas

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Leonardo Soares Walter	Diretor
Newton Souza de Moraes	Diretor

Outras Informações

- Razão Social Enel Green Power Projetos I S.A.
- Tipo de Sociedade Sociedade Anônima de Capital Fechado
- CNPJ 25.176.391/0001-20

Relações com Investidores
Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável
Franklin Natanael da Silva – CRC RJ – 093216/O-0

Demonstrações Financeiras

Enel Green Power Projetos I S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Enel Green Power Projetos I S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Projetos I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Projetos I S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

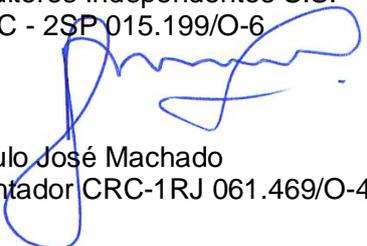
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6



Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4

Enel Green Power Projetos I S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.396
Contas a receber de clientes	5	35.449
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	6	47.326
Outros créditos		1.931
Total do ativo circulante		<u>92.102</u>
Não circulante		
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	6	1.369.578
Instrumentos financeiros derivativos	17	37.924
Imobilizado		18
Intangível		32
Total do ativo não circulante		<u>1.407.552</u>
Total do ativo		<u>1.499.654</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	7	4.607
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8	4.079
Taxas regulamentares	9	274
Dividendos a pagar	11	4.315
Empréstimos e financiamentos	10	3.836
Instrumentos financeiros derivativos	17	32.002
Total do passivo circulante		<u>49.113</u>
Passivo Não circulante		
Impostos diferidos passivos		1.747
Empréstimos e financiamentos	10	865.793
Total do passivo não circulante		<u>867.540</u>
Patrimônio líquido	11	
Capital social		565.756
Reserva de lucros		13.854
Outros resultados abrangentes		3.391
Total do patrimônio líquido		<u>583.001</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.499.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017
Receita líquida	12	31.251
Custo de operação	13	(2.423)
Lucro bruto		28.828
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	14	(1.003)
Total das despesas operacionais		(1.003)
Lucro antes do resultado financeiro		27.825
Resultado financeiro	15	
Receitas financeiras		24.074
Despesas financeiras		(24.620)
Variações cambiais líquidas		(5.832)
Total do resultado financeiro		(6.378)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.447
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.278)
Lucro líquido do exercício		18.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	18.169
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	5.137
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	(1.746)
Resultado abrangente do exercício	<u>21.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	565.756	-	-	-	-	565.756
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.169	-	18.169
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	-	908	-	(908)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.315)	-	(4.315)
Reserva de capital de giro	-	-	12.946	(12.946)	-	-
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	5.137	5.137
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(1.746)	(1.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	565.756	908	12.946	-	3.391	583.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	18.169
Ajustes por:	
Encargos financeiros e variação cambial	9.629
Atualização do bônus de concessão	(3.975)
Instrumentos financeiros derivativos	(784)
(Aumento) redução de ativos operacionais	
Contas a receber de clientes	(35.449)
Contas a receber vinculadas à concessão	(1.412.929)
Outros créditos	(1.931)
Aumento de passivos	
Fornecedores	4.607
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.079
Taxas regulamentares	274
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(1.418.310)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aplicações no ativo imobilizado e intangível	(50)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(50)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	565.756
Empréstimos e financiamentos	860.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.425.756</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.396</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.396</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>7.396</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Projetos I S.A. foi constituída 04 de outubro de 2017, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil conquistou um contrato de 30 anos de concessão para da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017 e com início da prestação de serviço em 01 de dezembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974 e tem uma produção anual de 2,02 TWh.

A Companhia investiu um total de cerca de R\$ 1,4 bilhão de reais, na concessão da hidrelétrica, em linha com o plano de investimento estratégico do Grupo Enel. Como parte dos dispositivos de seu contrato de concessão, a Companhia possui uma receita anual de geração garantida.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2018.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Como a Companhia foi constituída no exercício de 2017, os saldos de 31 de dezembro de 2016 não estão sendo apresentados como comparativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumento financeiro derivativo - *hedge* e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer.

Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Nota 17 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Contas a receber de clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2017, nenhuma provisão para risco de crédito foi contabilizada, uma vez que a Administração não espera nenhuma perda relevante na realização dos créditos.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p><i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p><i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017</p> <p><i>Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12</i></p> <p><i>As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.

As alterações e melhorias as normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não tiveram efeito significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Principais pontos introduzidos pela norma

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a IAS 39/CPC38, ICPC 06 e OCPC 03. Em dezembro de 2016, Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") divulgou o CPC 48, em conformidade com a IFRS 9. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação e mensuração; (ii) redução ao valor recuperável do ativo; e (iii) contabilização de hedge.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Impactos da adoção

A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 48. Na opinião da Administração a expectativa é que a aplicação desta norma não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

CPC 47 / IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016 e substitui o CPC 17, IAS 18/CPC30, Interpretação A e B (CPC 30), ICPC 02, ICPC 11. Em dezembro de 2016, o CPC divulgou o CPC 47, em conformidade com a IFRS 15. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Essa norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

A norma exige a aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificada.

Impactos da adoção

A Administração da Companhia realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases – Arrendamentos

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas. Em dezembro de 2017, o CPC divulgou o CPC 06 (R2), em conformidade com a IFRS 16, e entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

Impactos da adoção

A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação

Esta interpretação esclarece a forma de determinar a data da transação com o objetivo de estabelecer a taxa de câmbio a ser usada em transações em moeda estrangeira, quando a contraprestação é paga ou recebida antes de reconhecer os ganhos, despesas ou ativos relacionados. Para esses fins, a data da transação é a data em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação antecipada da interpretação é permitida e deverá ser divulgada.

A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Em junho de 2017, o IASB emitiu esta interpretação para esclarecer a aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos a serem aplicados. A interpretação aborda as seguintes questões: (i) aplicação conjunta ou independente de tratamentos fiscais; (ii) os pressupostos a serem feitos sobre a revisão dos tratamentos fiscais pelas autoridades fiscais; (iii) como determinar o lucro (prejuízo) tributário, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e (iv) como considerar mudanças nos fatos e circunstâncias.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação antecipada da interpretação é permitida.

A Administração está avaliando o impacto que o IFRIC 23 poderá gerar nas demonstrações financeiras, na data efetiva de sua aplicação.

A Administração acredita que as melhorias e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3.6. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso é classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

3.8. Receita de atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

3.9. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras - CDB	<u>7.396</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.396</u>

5. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 35.449 refere-se às contas a receber decorrentes dos contratos de venda de energia elétrica comercializada em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão

Conforme edital do leilão, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 a título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a EGP Projetos I classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Reconhecimento da bonificação de outorga	1.419.784
Atualização financeira do bônus de concessão	3.975
Amortização do bônus de concessão	(6.855)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.416.904</u>
Circulante	47.326
Não circulante	1.369.578

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores referentes às aquisições dos itens que compõem o ativo imobilizado, que farão parte da futura infraestrutura operacional da Companhia.

	<u>31/12/2017</u>
Seguros	1.455
Encargos de uso da rede elétrica	2.422
Indra Brasil Soluções e Serviços Técnicos S.A.	315
Agrícola União Ferragens e Ferramentas Ltda. ME	20
Logica Tecnologia	4
Grupo Colabore	59
Quality	50
Orion Transporte	3
Trevisa & Rotta Maquinas e Ferramentas Ltda.	1
Paradigma Business Solutions S.A.	154
Automalógica Sistemas para Automação LTDA	124
Total	<u><u>4.607</u></u>

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.333
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	945
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	649
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - terceiros	10
Programa de Integração Social - PIS	141
Outros impostos retidos - terceiros	1
Total	<u>4.079</u>

9. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2017</u>
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	14
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	260
Total impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>274</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Em 07 de novembro de 2017, a Enel Green Power Projetos I firmou um contrato de empréstimo com o Banco BNP Paribas no montante de R\$ 860.000, que será amortizado no final do contrato de 2 anos, ou seja, em novembro de 2019 com juros de 3,19% a.a. e pagamentos de juros trimestrais. Este empréstimo possui garantia da *holding* Enel Brasil S.A.

	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Varição cambial</u>	<u>31/12/2017</u>
Instituições						
BNP Paribas	08/11/2019	-	860.000	3.797	5.832	869.629
Total		<u>-</u>	<u>860.000</u>	<u>3.797</u>	<u>5.832</u>	<u>869.629</u>
Circulante						3.836
Não circulante						865.793

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2017:

	Ações ordinárias (em unidades)	
	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	1.000	100%
Outros	-	0%
Total	1.000	100%

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	18.169
Reserva legal	(908)
Lucro ajustado	17.261
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	4.315
Reserva de reforço de capital de giro	12.946

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita líquida

	<u>31/12/2017</u>
Receita de bonificação de outorga - RBO	19.866
Gestão dos ativos de geração - GAG	6.393
Venda no mercado SPOT	9.181
Venda no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	9
Atualização do bônus de concessão	3.975
Amortização do bônus de concessão	<u>(6.855)</u>
Total da receita operacional bruta	<u>32.569</u>
(-) Deduções da receita	
COFINS	(858)
PIS	(186)
TFSEE	(14)
CFURH	<u>(260)</u>
Total de deduções da receita	<u>(1.318)</u>
Total da receita líquida	<u>31.251</u>

13. Custo de operação

	<u>31/12/2017</u>
Encargos de uso da rede elétrica	2.422
Impostos, taxas e contribuições	1
Total	<u>2.423</u>

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>
Serviços de terceiros	748
Seguros	242
Materiais	4
Outras	9
Total	<u>1.003</u>

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras	
Rendimento de aplicações financeiras	3.092
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	20.982
Total das receitas financeiras	<u>24.074</u>
Despesas financeiras	
Juros passivos	(3.797)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(20.198)
Outras despesas financeiras	(625)
Total das despesas financeiras	<u>(24.620)</u>
Variações cambiais líquidas	(5.832)
Total do resultado financeiro	<u>(6.378)</u>

16. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2017</u>
Receita de bonificação de outorga - RBO, líquido das amortizações	13.011
Gestão dos ativos de geração - GAG	6.393
Venda no mercado SPOT	9.181
Venda no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	9
Total	<u>28.594</u>
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.287
Outras receitas	7.067
Total base de cálculo	<u>9.354</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	1.403
Alíquota do imposto de renda (10%)	930
Total do imposto de renda	<u>2.333</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.431
Outras receitas	7.067
Total base de cálculo	<u>10.498</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	945
Total imposto de renda e contribuição social debitados no resultado	<u>3.278</u>

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

O Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real e Libor para CDI)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (cambio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	869.629
Exposição Patrimonial	<u>869.629</u>
Instrumentos Financeiros Notional	(856.164)
Exposição Cambial Total	<u>13.465</u>

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2017 fossem iguais as esperadas para 2018, segundo projeções baseadas na curva futura da B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA):

Indexador do Contrato	31/12/2017	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Dólares Norte Americanos	1.133	4.187	3.054	6.725	5.592
CDI	61.679	75.120	13.441	88.369	26.690
Total	62.812	79.307	16.495	95.094	32.282

d) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	-	6.856	20.964	894.994	-	922.814
	-	6.856	20.964	894.994	-	922.814

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
"Swaps" de juros 13/04/17	-	9.155	25.193	31.480	-	65.828
	-	9.155	25.193	31.480	-	65.828

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo hierárquico

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2017	
			Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	7.396	7.396
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2	35.449	35.449
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	Empréstimos e recebíveis	2	1.416.904	1.416.904
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	37.924	37.924
Outros créditos	Outros ativos financeiros	2	1.931	1.931
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	4.607	4.607
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	2	869.629	856.164
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	2	32.002	32.002

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	31/12/2017	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131	73.138	270.378	197.240	434.281	361.143
Swap Ponta Ativa 4131	(72.005)	(266.191)	(194.186)	(427.556)	(355.551)
Swap Ponta Passiva 4131	61.679	75.120	13.441	88.369	26.690
Total	62.812	79.307	16.495	95.094	32.282

Enel Green Power Projetos I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Fixo(USD) x DI 09.11.17 BNP	730	5.922	5.192	860.000

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia detinha operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contrato de swap					
BNP PARIBAS S.A	09/11/2017	08/11/2019	USD + 4,19% a.a CDI + 0,70% a.a	5.922	-

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte apólice de seguro contratada:

Riscos	Vigência		Importância segurada	Limite Máximo de Indenização
	De	Até		
Risco operacional	10/11/2017	31/10/2018	1.140.000	3.805.858